

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Mercosul-UE: hora das salvaguardas



ISAC NÓBREGA/PR/JC

A aprovação do acordo entre Mercosul e União Europeia na Câmara dos Deputados abriu uma nova etapa política e econômica. O texto, negociado há mais de duas décadas e assinado em 2019, agora segue para o Senado, onde deve ser votado já no início de março. A expectativa é de uma tramitação célere, mas não sem debate: parlamentares querem garantias concretas de proteção aos setores produtivos brasileiros.

Pressão por proteção comercial

O centro da discussão não é mais o mérito do acordo, mas as salvaguardas. Deputados e lideranças do agro defendem que o Brasil não aceite mecanismos que possam comprometer a competitividade nacional. O deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB) resume o ponto sensível: o que está em jogo são as regras de proteção comercial. Segundo ele, “a União Europeia busca instrumentos que resguardem seus próprios mercados. O que nós estamos discutindo agora são os pontos e contrapontos das salvaguardas. As salvaguardas são aquilo que gera proteção comercial”, afirmou à coluna. Ainda para Moreira, “aceitar taxas ou barreiras sem reciprocidade pode deixar o produto brasileiro em desvantagem”.

Senado sob expectativa

No Senado, a relatoria ficará com a senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura. A escolha é vista como um gesto político ao setor agropecuário, que cobra segurança jurídica e previsibilidade. A expectativa, segundo Alceu Moreira, é que a votação ocorra ainda esta semana, com a consolidação de salvaguardas que protejam o que for possível proteger da produção nacional. Há consenso de que o acordo pode ampliar mercados, mas também entendimento de que não se pode abrir mão de instrumentos de defesa comercial. O clima é de vigilância.

Janela histórica, mas com cautela

O deputado federal gaúcho Heitor Schuch (PSB), integrante do Parlamento do Mercosul, enxerga no tratado uma “grande janela” para o Brasil. Ele lembra que foram mais de 25 anos de negociações até chegar a esse estágio. Para um país exportador de alimentos, acessar um mercado europeu de mais de 700 milhões de consumidores é uma oportunidade estratégica. Mas Schuch faz três alertas claros: os europeus “não rasgam dinheiro, possuem forte competitividade em lácteos, vinhos e máquinas; e podem gerar pressão sobre setores sensíveis da indústria e do agro brasileiros”. A concorrência, segundo ele, “pode trazer dor de cabeça, se o Brasil não estiver preparado”.

Equilíbrio entre abertura e defesa

O governo promete editar medidas complementares para dar segurança ao agro e à indústria. A discussão sobre eventuais mecanismos de proteção de até 25% acendeu o sinal amarelo no Congresso. O acordo é histórico, mas não pode ser ingênuo. A abertura de mercados precisa caminhar ao lado da proteção estratégica. No Senado, o desafio será transformar entusiasmo comercial em equilíbrio competitivo, garantindo que a integração não signifique vulnerabilidade.

Heinze trabalhará no

Entrevista Especial

Bolívar Cavalari

bolivar@jcrs.com.br

Elencada como uma das principais pautas do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2026, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que proíbe a escala de trabalho 6x1 sofre resistência de parlamentares mais alinhados com a direita e o setor produtivo. É o caso do senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP), que, nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, afirma que irá trabalhar no Congresso para barrar a aprovação da medida, pois, em sua opinião, “não é benéfica” ao trabalhador.

Outra questão é o acordo Mercosul-União Europeia, que está em vias de ser formalizado no Congresso, e é motivo de preocupação para Heinze. Para o senador, a parceria comercial pode criar uma competitividade desleal entre os produtores europeus e os brasileiros. O parlamentar usa de exemplo a vitivinicultura gaúcha como uma área que pode ter prejuízos devido à concorrência com os vinhos vindos da Europa.

O senador ainda aborda a situação do PP na disputa ao Palácio Piratini nas eleições de 2026. A sigla está dividida entre quadros que apoiam a candidatura própria do deputado estadual Ernani Polo e aqueles alinhados com o presidente estadual da legenda, Covatti Filho, que defende uma aliança com o PL, cujo pré-candidato é Luciano Zucco.

Jornal do Comércio - Dois debates estão dominando a pauta no Congresso: a crise do INSS e o caso do Banco Master. Como vem acompanhando as discussões?

Luis Carlos Heinze - Eu não participo da CPI do INSS, mas tenho acompanhado. Agora a dificuldade é fazer ir para frente. Pelo menos foi publicizado o assunto. Então, parabéns para a CPI pelo que fizeram mostrando ao Brasil este abuso, este crime. O Banco Master é outro problema sério. Seguramente, dos maiores casos de corrupção no Brasil, envolvendo Legislativo, Executivo e o próprio Judiciário, que agora aparecem dois ministros (Dias Toffoli e Alexandre de Moraes) diretamente envolvidos no processo. Então é uma coisa também estarrecedora, e estamos cobrando posição do presidente do Senado (Davi Alcolumbre) em cima de uma CPI ou uma CPMI, e

também o próprio processo dos ministros em cima desses casos.

JC - Acredita que o ano eleitoral pode impactar as investigações, seja dando mais visibilidade ou tornando-as palco eleitoral?

Heinze - O importante é que o povo preste atenção. A grande mídia está escancarando esses fatos e nominando Alexandre Moraes, nominando Toffoli, o caso da esposa do Alexandre de Moraes (Viviane Barci) em cima do que aconteceu. Isso é estarrecedor, mas temos que ter providências e a sociedade nos cobra. Então, estamos fazendo a nossa parte para que possa ser levada adiante essa questão, tanto do Banco Master quanto da crise do INSS.

JC - O governo Lula elencou como uma das principais pautas deste ano a PEC do fim da escala 6x1...

Heinze - É uma pauta totalmente eleitoral. Na minha posição, estou trabalhando e vou votar contra, porque entendo que não é uma ajuda para o trabalhador; é um prejuízo ao trabalhador. Se você prejudica quem gera emprego - comércio, indústria, serviço, agricultura, qualquer setor -, realmente vai prejudicar o trabalhador. Neste sentido, estou empenhado para que isso não ocorra, e mesmo que o (presidente da Câmara dos Deputados) Hugo Motta (Republicanos-PB) esteja declarando que vota e atropela na Câmara, vamos fazer o nosso trabalho no Senado para que isso não ocorra esse ano. Já estamos trabalhando este tema dentro do Senado para que isso não venha a ocorrer para prejudicar ainda mais o trabalhador brasileiro.

JC - O senhor se opõe ao fim da escala 6x1 de forma geral, ou apenas por ser ano eleitoral? Não acredita que a proposta possa ser benéfica aos trabalhadores?

Heinze - Não é benéfica.

Precisamos gerar emprego. E para gerar emprego nós temos que facilitar as empresas que geram emprego, e não dificultar. A situação econômica das empresas hoje é muito difícil, com a taxa de juros em 15% ao ano, o pessoal não aguenta, o pessoal não está capitalizado, e a carga tributária aumenta. Como é que eu vou prejudicar agora na questão trabalhista? Não posso prejudicar, tenho que ajudar a empresa a gerar emprego. Facilitar para ele (o empreendedor), e não aumentando imposto ou prejudicando nas questões trabalhistas.

JC - Está tramitando no Congresso a formalização do acordo Mercosul-União Europeia. Como enxerga essa parceria comercial?

Heinze - Olha, o pessoal da uva, do vinho, tem me procurado e já estamos trabalhando neste instante, e tem um grupo trabalhando, a Frente Parlamentar da Agricultura. Veja: se já temos uma carga tributária altíssima do vinho gaúcho - e eu vou citar este caso aqui -, como é que agora, se eu já tenho uma concorrência com Argentina, Chile e Uruguai em cima do vinho gaúcho, imagina com zero impostos que tem na União Europeia. Como é que eu vou competir? Não tem jeito. Então, temos que acertar esse detalhe, para que não possa ser mais uma concorrência desleal em cima do vinho, do champanhe ou do suco do RS, que é fundamental. Milhares de empregos diretos e indiretos são gerados por essa cadeia no RS. É um caso específico, que estou tratando para que possamos proteger o setor produtivo gaúcho.

JC - O senhor é contra o acordo ou acredita que são necessários dispositivos para proteger o setor produtivo gaúcho e brasileiro?

Heinze - Temos que ter dispositivos que protejam o setor. Já está ruim para o setor vitivinícola gaúcho e brasileiro. Imagina abrindo as



“Se você prejudica quem gera emprego, qualquer setor, vai prejudicar o trabalhador”